



Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador  
- Algumas reflexões globais

**Autoras: Teresa Rodrigues Veiga**

Professora Auxiliar com Agregação da Universidade Nova de Lisboa

E-mail: tveiga@isegi.unl.pt

**Filipa de Castro Henriques**

Investigadora do projecto Comunitário FELICIE – *Who will care?* e Mestranda do ISEGI

E-mail: filipahenriques@fcsh.unl.pt

**Resumo:**

A aposta no controle de qualidade por parte dos responsáveis pela realização dos dois últimos recenseamentos gerais da população, permite-nos hoje utilizar sem reservas os resultados definitivos por eles veiculados. Neste artigo procurámos compreender a dinâmica específica da população portuguesa na última década do século XX. Para tanto socorremo-nos de dados censitários (ajustando os respectivos erros de cobertura), cruzando-os com o movimento da população ao nível das variáveis micro demográficas.

**Abstract:**

The INE is committed to the quality control secured of the last two censuses of the Portuguese population which assure the use of the final results without reservation. In this article we tried to understand the specific dynamics of the Portuguese population in the last decade of the twentieth century. For so, we used the census data (adjusted to the respective coverage rates), crossing it with the population movement at the level of micro demographic variables.

**Palavras-chave:**

Qualidade dos Dados, Censos 1991, Censos 2001, Taxa de Cobertura Líquida, Erros de Cobertura, Saldo Natural, Saldo Migratório, Nados Vivos Óbitos, Equação de Concordância, Esperança média de Vida, Variáveis micro demográficas, Envelhecimento.

**Key-Words:**

Data quality, Census 1991, Census 2001, Net coverage rate, Coverage errors, Natural increase, Net migration, Live births, Deaths, Balance equation, Life expectancy, Micro demographic variables, Ageing.

The 1991 and 2001  
Population  
Censuses  
-A user point of  
view



## Apresentação

A divulgação dos resultados definitivos do XIV<sup>o</sup> Recenseamento Geral da População Portuguesa permitiu concluir que, durante os anos 90, o número de residentes no nosso país terá aumentado cerca de 5%, passando dos 9867147 indivíduos<sup>1</sup> aos 10356117<sup>2</sup>. A quase totalidade desse acréscimo teve lugar na parte continental, já que os ganhos obtidos pela população açoriana não foram suficientes para anular as perdas sentidas na Madeira e em Porto Santo.

De certo modo, os valores totais apurados excederam as expectativas, na medida em que, no início da década, Portugal era já um país que reunia condições pouco favoráveis a uma dinâmica de crescimento significativa. Num processo contínuo de diminuição do volume de população nos primeiros escalões etários e aumento nos últimos, que se vinha a acentuar desde os anos 70, o país apresentava em 1991 uma estrutura etária envelhecida, sobretudo no interior e em áreas predominantemente rurais. E, com efeito, os resultados do levantamento da Primavera de 2001 vieram comprovar o agravamento deste fenómeno. Entre os dois recenseamentos o número de jovens<sup>3</sup> diminuiu quase 17%, enquanto o número total de idosos<sup>4</sup> viu aumentar em 26% a sua importância relativa. Esta tendência manifestou-se em todas as regiões, sobretudo nas de maior tradição jovem, ou seja, no Norte e nas ilhas dos Açores e Madeira.

Por seu turno, os níveis de fecundidade registaram poucas alterações nesses dez anos, mantendo-se estáveis em patamares muito baixos, que desde 1982 se haviam tornado insuficientes para assegurar a substituição das gerações<sup>5</sup>. Não obstante, o total anual de nascimentos manteve-se, embora com uma ligeira tendência negativa durante o primeiro quinquénio, que o aumento do número de mulheres em idade fértil parece ter conseguido travar, mas não inverter.

Em simultâneo, também o volume de óbitos regista na última década algumas flutuações em termos absolutos, fruto do aumento rápido da população nos últimos escalões etários, apesar da regressão dos níveis da mortalidade infantil e juvenil, que atingiram os seus valores mínimos, e do aumento da esperança média de vida, que, ao invés, apresentava resultados máximos ao terminar a centúria<sup>6</sup>.

País com grande tradição migratória, a dinâmica da população portuguesa continuou a depender dos movimentos migratórios, embora esta dependência tenha ganho novos contornos, dado o pendor positivo desse saldo. A partir de 1993, o número de entradas anuais no país manteve-se superior ao total de saídas, facto que os resultados do recenseamento de 2001 reflectem inevitavelmente.<sup>7</sup> O número de estrangeiros recenseados duplicou a sua representatividade entre 1991 e 2001, com natural impacto na estrutura etária, uma vez que se trata maioritariamente de jovens e activos. Por seu lado, o ritmo emigratório estabilizou, explicando parte dos saldos migratórios registados na última década e que são pouco comuns na história portuguesa<sup>8</sup>. Nos primeiros anos de 90 todas as estimativas apontavam para um ligeiro recuo do total de residentes em Portugal, mas essa tendência foi invertida, e em grande parte encontra no saldo migratório a sua explicação.

Estes considerandos conduzem-nos a uma questão vital, que remete para o grau de fiabilidade das fontes de informação, a nível da produção de estatísticas e de levantamentos censitários. Base de qualquer estudo no campo da ciência demográfica e em tantas outras áreas de conhecimento, a fidelidade dos dados à realidade e ao momento a que se reportam surge como garante do rigor científico das conclusões a obter.

Os recenseamentos pretendem cumprir o objectivo da universalidade, simultaneidade, exaustividade geográfica e ao nível do indivíduo. Essas premissas demonstram ser essenciais a futuras aplicações nos mais diversos sectores da realidade social, económica ou política. As entidades responsáveis estiveram conscientes desse facto, como se infere do texto de apresentação dos Censos 91<sup>9</sup>.

A avaliação da qualidade dos resultados censitários é, portanto, condição indispensável para validar as hipóteses que se pretendam comprovar a partir deles. Se os resultados do último censo não parecem levantar grandes reparos, o mesmo não aconteceu com o anterior. Os apuramentos finais mostraram-se inesperados ao nível do total de população, cujo valor era menor que o previsto, facto que esbarrava com o aumento significativo do número de alojamentos (+ 22%)<sup>10</sup> e com as estimativas feitas para a população no período intercensitário de 1981-1991. Foi então levantada a hipótese de algo ter falhado no processo de recenseamento, uma vez que se esperavam valores próximos dos 10337000 indivíduos. A partir desse momento houve que reflectir e tentar encontrar justificações para semelhantes discrepâncias.<sup>11</sup>

## 1. A procura de fiabilidade dos Recenseamentos de 1991 e 2001

A qualidade global dos *Censos 91* foi assegurada a diferentes níveis, tendo culminado num inquérito, realizado pela primeira vez nessa ocasião e que será repetido dez anos mais tarde em relação aos *Censos 2001*. Esse Inquérito de qualidade visava em ambos os casos confrontar os dados obtidos pelos recenseamentos com os erros de cobertura e conteúdo resultantes das unidades estatísticas e principais variáveis primárias e derivadas.

A identificação dos erros resultava da comparação dos dados recolhidos pelo recenseador com os recolhidos pelo entrevistador do Inquérito de Qualidade, sobre a mesma unidade estatística e nas mesmas circunstâncias. Foi pedido aos entrevistados que respondessem às perguntas do Inquérito de Qualidade tendo em conta o momento censitário (*Censos 1991*: referente às 0.00 horas de 15 Abril e 0.00 horas de 12 de Março, para os *Censos 2001*), para que a informação pudesse ser comparável. Em termos concretos, os trabalhos de recolha de dados no terreno decorreram entre Junho e Outubro de 1991 e entre Maio e Junho de 2001.

A responsabilidade da execução do Inquérito de Qualidade referente aos *Censos 1991* foi entregue à Coordenação Nacional e às Coordenações Regionais, cabendo o controlo do processo aos Coordenadores e Delegados Regionais. Em 2001 dessa responsabilidade foi incumbida uma entidade independente.

O Inquérito de qualidade foi realizado por amostragem multi-etápica com selecção sistemática da probabilidade proporcional à dimensão, representativa a nível nacional. Na primeira etapa foram seleccionadas freguesias; na segunda, secções estatísticas; na terceira, alojamentos. No que refere à selecção das secções, e de forma a assegurar a representatividade das NUTS II, foram referenciadas 262 em 1991 secções de um total de 13735 existentes no território nacional, montante que em 2001 subiu a 368 de entre mais de 16000 secções (Quadro nº1)

Quadro 1

Amostra do Inquérito de Qualidade, NUTS II		
NUTS II	1991	2001
Norte	89	42
Centro	47	46
Lisboa e Vale do Tejo	90	109
Alentejo	15	33
Algarve	9	75
Açores	6	32
Madeira	6	31
<b>Total</b>	<b>262</b>	<b>368</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Após a alteração das NUTS II em 2002<sup>12</sup>, a repartição das secções da amostra pelas regiões alterou-se, do modo apresentado no Quadro nº2.

Quadro 2

Amostra do Inquérito de Qualidade 2001, NUTS II	
NUTS II	2001
Norte	42
Centro	62
Lisboa	83
Alentejo	43
Algarve	45
Açores	32
Madeira	31
<b>Total</b>	<b>368</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Uma vez terminada a conferência exaustiva de todas as unidades estatísticas, por comparação dos dados do Inquérito de Qualidade com ambos os Censos, apuraram-se *taxas líquidas de cobertura* (em percentagem), a nível nacional das principais unidades estatísticas (Quadro nº3).

Quadro 3

Taxa de Cobertura Líquida (%) - Unidades Estatísticas -		
Unidade Estatística	1991	2001
Edifício	99,60%	99,70%
Alojamento	99,42%	99,50%
Família Clássica	99,24%	101,10%
Indivíduo Residente	99,04%	100,70%

Fonte: XIII<sup>o</sup> e XIV<sup>o</sup> Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Os resultados do Inquérito de Qualidade fornecem informação relativa às taxas de cobertura líquida, às diferenças brutas e erros de conteúdo obtidos nos Recenseamentos da Habitação e da População, bem como os respectivos desvios padrão, para as principais unidades estatísticas recenseadas. *A saber:* edifício; alojamento; família clássica e indivíduo residente. As taxas de cobertura resultam de contagem de unidades estatísticas omitidas ou erradamente incluídas.

$$\text{Taxa de Cobertura Líquida (\%)} = \frac{[(\text{Unidades Estatísticas Erradamente Incluídas} - \text{Unidades Estatísticas Erradamente Omitidas}) \div \text{Unidades Estatísticas Recenseadas}] \times 101}{1}$$

Em termos práticos, interessa-nos sobretudo verificar o que se passa em relação ao indivíduo residente, pelo que iremos restringir a partir deste momento a nossa análise, centrando-a na taxa de cobertura dessa unidade estatística. A distribuição por NUTS II da taxa de cobertura líquida de **indivíduos** é apresentada no Quadro nº4. De acordo com os dados fornecidos verifica-se uma subcobertura da ordem dos 0.96% dos indivíduos residentes no recenseamento de 1991 e uma sobrestimação de 0.7%, no que toca aos indivíduos residentes para o ano de 2001.

Quadro 4

Taxa de Cobertura Líquida (%), NUTS II		
NUTS II	1991	2001
Norte	99,00%	101,00%
Centro	99,67%	100,90%
Lisboa (e Vale do Tejo 91)	98,12%	99,70%
Alentejo	102,20%	100,80%
Algarve	100,30%	102,40%
R. A. Açores	99,48%	102,40%
R. A. Madeira	100,00%	108,80%
Portugal	99,04%	100,70%

Fonte: XIII<sup>o</sup> e XIV<sup>o</sup> Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Quando se comparam as diferentes NUTS II nos dois casos verifica-se que em 1991 houve uma maior omissão de unidades estatísticas (99,04%). A subcobertura oscila entre 0,33% e 1,88%: No entanto, Alentejo e Algarve apresentam mais inclusões que a média nacional (102,2% e 100,3%, respectivamente). A Madeira é única NUT II que atinge os 100% de cobertura.

No ano de 2001 verifica-se uma situação oposta, tendo havido mais unidades estatísticas erradamente incluídas (100,70%). Apenas Lisboa apresenta uma subcobertura de 0,3%, embora seja no país a que apresenta uma taxa mais próxima dos 100%. As restantes NUTS II apresentam valores de sobrecobertura, os quais oscilam entre os 2,4% do Algarve e Açores e o mínimo de 0,8% do Alentejo.

Para todos os que já há algum tempo se interessam pelas questões populacionais, está ainda bem presente a ideia que passou para o público em geral e os utilizadores em particular, quando da divulgação dos dados definitivos do *XIII<sup>o</sup> Recenseamento Geral da População Portuguesa*. Foi então admitida a hipótese de que tivesse havido uma omissão de efectivos, ou seja, que alguns indivíduos "tivessem sido esquecidos" no acto do recenseamento em 1991. Esta hipótese, a comprovar-se, teria no entanto tido uma consequência imediata em relação ao total de indivíduos recenseados em 2001. A diferença entre os resultados definitivos de 1991 e 2001 deveria nesse caso ser maior que o efectivamente verificado, não obstante os saldos naturais e migratórios serem positivos durante a década de 90. Por outro lado, a confirmarem-se as estimativas de população que antecederam os Censos 91, o total adiantado para o início da década de 90 viria a ser muito semelhante ao

registado dez anos mais tarde. Esta hipótese também não nos parece razoável, tendo em conta o comportamento das variáveis micro demográficas ao longo do período de referência.

As reflexões que nos foram sugeridas por alguns dos aspectos anteriormente referidos explicam as páginas que se seguem. Talvez, ao adoptarmos uma postura mais crítica no que toca aos volumes de população ao longo dos anos 90, estejamos aptos a consubstanciar parte destas “impressões globais” sobre a coerência dos totais de população nas datas de 1991 e 2001.

## 2. Os novos totais de população por NUTS II e NUTS III

O primeiro teste que decidimos efectuar consiste no ajustamento dos valores totais de população recenseada nas diferentes regiões do país. Este exercício pressupõe a utilização dos erros detectados nos inquéritos de qualidade dos dois recenseamentos e destina-se a avaliar qual poderá ter sido o aumento ou diminuição real de efectivos em cada NUT.

Apresentam-se no Quadro nº 5 os totais definitivos dos indivíduos recenseados nos dois últimos censos, com e sem os ajustamentos derivados dos erros de cobertura.<sup>13</sup> Decidimos alargar essa aplicação até ao nível das NUTS III, embora assumindo que os resultados assim obtidos podem perder fiabilidade, numa grelha de análise mais fina. Em termos metodológicos considerámos estarem enfermas de igual erro de cobertura todas as unidades pertencentes a uma mesma NUT II, excepto nos três casos em que se registaram mudanças de tipo administrativo. Referimo-nos às NUTS III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, que foram retiradas à região da Grande Lisboa e passaram a integrar a região Centro (nos dois primeiros casos) e o Alentejo (último caso)<sup>14</sup>.

Quadro 5

Evolução da População Residente em Portugal (1991-2001)								
NUTS II / NUTS III	1991			2001				
	Ind Res s/erro cobertura	Erro Cobertura	Ind Res c/ erro cobertura	Ind Res s/erro cobertura	Erro Cobertura	Ind Res c/erro cobertura	Tx Variação s/erro cobertura 91-01	Tx Variação c/erro cobertura 91-01
Minho-Lima	250 059	1,00%	252 560	250 275	-1,00%	247 772	0,09%	-1,90%
Cavado	353 267	1,00%	356 800	393 063	-1,00%	389 132	11,27%	9,06%
Ave	459 673	1,00%	464 270	509 968	-1,00%	504 868	10,94%	8,74%
Grande Porto	1 167 800	1,00%	1 179 478	1 260 680	-1,00%	1 248 073	7,95%	5,82%
Tamega	515 610	1,00%	520 766	551 309	-1,00%	545 796	6,92%	4,81%
Entre Douro e Vouga	252 370	1,00%	254 894	276 812	-1,00%	274 044	9,68%	7,51%
Douro	238 695	1,00%	241 082	221 853	-1,00%	219 634	-7,06%	-8,90%
Alto Trás-os-Montes	235 241	1,00%	237 593	223 333	-1,00%	221 100	-5,06%	-6,94%
<b>Norte</b>	<b>3 472 715</b>		<b>3 507 442</b>	<b>3 687 293</b>	<b>-1,00%</b>	<b>3 650 420</b>	<b>6,18%</b>	<b>4,08%</b>
Baixo Vouga	350 424	0,33%	351 580	385 724	-0,90%	382 252	10,07%	8,72%
Baixo Mondego	328 858	0,33%	329 943	340 309	-0,90%	337 246	3,48%	2,21%
Pinhal Litoral	223 025	0,33%	223 761	250 990	-0,90%	248 731	12,54%	11,16%
Pinhal Interior Norte	139 413	0,33%	139 873	138 535	-0,90%	137 288	-0,63%	-1,85%
Dão-Lafões	282 462	0,33%	283 394	286 313	-0,90%	283 736	1,36%	0,12%
Pinhal Interior Sul	50 801	0,33%	50 969	44 803	-0,90%	44 400	-11,81%	-12,89%
Serra da Estrela	54 042	0,33%	54 220	49 895	-0,90%	49 446	-7,67%	-8,81%
Beira Interior Norte	118 513	0,33%	118 904	115 325	-0,90%	114 287	-2,69%	-3,88%
Beira Interior Sul	81 015	0,33%	81 282	78 123	-0,90%	77 420	-3,57%	-4,75%
Cova da Beira	93 097	0,33%	93 404	93 579	-0,90%	92 737	0,52%	-0,71%
Oeste	359 430	1,88%	366 187	338 711	-0,90%	335 663	-5,76%	-8,34%
Médio Tejo	227 339	1,88%	231 613	226 090	-0,90%	224 055	-0,55%	-3,26%
<b>Centro</b>	<b>2 308 419</b>		<b>2 325 132</b>	<b>2 348 397</b>		<b>2 327 261</b>	<b>1,73%</b>	<b>0,09%</b>
Grande Lisboa	1 836 484	1,88%	1 871 010	1 947 261	0,30%	1 953 103	6,03%	4,65%
Península de Setúbal	640 493	1,88%	652 534	714 589	0,30%	716 733	11,57%	9,84%
<b>Lisboa</b>	<b>2 476 977</b>		<b>2 523 544</b>	<b>2 661 850</b>		<b>2 669 836</b>	<b>7,46%</b>	<b>5,99%</b>
Alentejo Litoral	98 519	-2,20%	96 352	99 976	-0,80%	99 176	1,48%	2,93%
Alentejo Central	173 216	-2,20%	169 405	173 646	-0,80%	172 257	0,25%	1,68%
Alto Alentejo	128 687	-2,20%	125 856	127 026	-0,80%	126 010	-1,29%	0,12%
Baixo Alentejo	143 020	-2,20%	139 874	135 105	-0,80%	134 024	-5,53%	-4,18%
Lezíria do Tejo	232 969	1,88%	237 349	240 832	-0,80%	238 905	3,38%	0,66%
<b>Alentejo</b>	<b>776 411</b>		<b>768 835</b>	<b>776 585</b>		<b>770 372</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,20%</b>
<b>Algarve</b>	<b>341 404</b>	<b>-0,30%</b>	<b>340 380</b>	<b>395 218</b>	<b>-2,40%</b>	<b>385 733</b>	<b>15,76%</b>	<b>13,32%</b>
<b>Açores</b>	<b>237 795</b>	<b>0,52%</b>	<b>239 032</b>	<b>241 763</b>	<b>-2,40%</b>	<b>235 961</b>	<b>1,67%</b>	<b>-1,28%</b>
<b>Madeira</b>	<b>253 426</b>	<b>0,00%</b>	<b>253 426</b>	<b>245 011</b>	<b>-1,80%</b>	<b>240 601</b>	<b>-3,32%</b>	<b>-5,06%</b>
<b>Portugal</b>	<b>9 867 147</b>		<b>9 957 790</b>	<b>10 356 117</b>		<b>10 280 184</b>	<b>4,96%</b>	<b>3,29%</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Como se pode visualizar no Quadro nº5, mantivemos nas três NUTS os erros de cobertura das áreas administrativas a que pertenciam à data de cada recenseamento.

Numa fase posterior calculámos a intensidade das variações ocorridas entre as duas datas.<sup>15</sup> O confronto dos resultados das últimas colunas sugere várias ilações. Nomeadamente o facto do crescimento global da população nessa década se reduzir 1,71%, quando corrigidos os valores de base, embora se mantenham as posições relativas das diferentes NUTS II, com o Algarve, Lisboa e Norte a influenciarem os resultados do país.

A nível de NUTS II e NUTS III registam-se algumas alterações, que na sua maioria reflectem a redução dos ritmos de aumento sugeridos pelos dados oficiais, chegando mesmo a alterar o sentido de crescimento, que passa de positivo a negativo. (Quadro nº6) Em termos gerais, podemos concluir que a inclusão dos erros de cobertura nos volumes relativos a 1991 e 2001 acentuaram a regressão do número de indivíduos nas zonas que já sabíamos terem perdido residentes, enquanto esbateram o ritmo de aumento demográfico de outras. A excepção verifica-se no Alentejo, onde os ganhos se acentuam e as perdas se reduzem, como consequência dos diferentes erros verificados em 1991 e 2001, os quais foram em qualquer dos casos bastante significativos e no primeiro contrariam mesmo a tendência média geral.<sup>16</sup>

Quadro 6

Alterações provocadas na dinâmica populacional pela inclusão dos erros de cobertura				
NUTSII	NUTS III	Aumento	Diminuição	Alteração de sentido
Norte	8	5	2	1
Centro	12	4	7	1
Lisboa	2	2	0	0
Alentejo	5	3	1	1
Algarve	1	1	0	0
Açores	1	0	0	1
Madeira	1	0	1	0
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>4</b>

### 3. A nova dinâmica demográfica da população por NUTS II e NUTS III

O mais conhecido dos métodos para estimar a variação de uma dada população é o método da equação de concordância, que assenta na decomposição da mesma nas componentes relativas ao movimento natural e ao movimento migratório. No caso português, este método tem sido utilizado como forma indirecta de obter o saldo migratório, dadas as dificuldades com que se debatem todos quantos estudam esta variável<sup>17</sup>. Nela se confrontam dois recenseamentos sucessivos, aos quais são agregados os resultados do saldo natural do período, o que permite obter um valor residual correspondente ao saldo migratório. A partir de 1890 tornou-se possível calcular os saldos naturais por distrito ou concelho, ou seja, o valor residual que decorre da diferença entre o total de nascimentos e óbitos, e utilizar este método de forma sistemática, se bem que com algumas precauções nos anos mais recuados.<sup>18</sup> Se a qualidade dos dados for globalmente boa (recenseamentos e estatísticas de nascimentos e óbitos), a equação de concordância permite estimar o crescimento migratório, embora se trate apenas de um valor residual, que não nos dá informações sobre o número total de ocorrências.

No nosso caso partimos dos valores censitários corrigidos e confrontámo-los com o número total de nascimentos e óbitos ocorridos entre 15 de Abril de 1991 e 12 de Março de 2001<sup>19</sup> (Quadros nº7 e nº8)<sup>20</sup>.

Os primeiros anos da década foram marcados por uma diminuição constante do número total de nascimentos, processo que culmina em 1995, ano de menos nascimentos em toda a década, não chegando a ser atingido o volume de 106 mil. A partir dessa data a subida foi lenta, mas regular. No que respeita ao contributo das diferentes NUTS II verifica-se uma descida do Norte, que contribui em 1991 com 39,9% do total de nascimentos, mas onde ocorrem apenas 36,7% do total nacional em 2001. Ao invés, áreas de maior dinâmica demográfica e económica concentram um número relativo crescente de ocorrências. Veja-se o caso de Lisboa, que representa 23,6% e 27,3%, respectivamente em 1991 e 2001.

Leitura algo diversa pode fazer-se em relação aos óbitos registados ao longo do período, cujos montantes anuais, pesem embora os ganhos conseguidos em termos dos níveis de mortalidade geral e consequente aumento da esperança média de vida, são influenciados em termos de volume total pelo gradual envelhecimento da estrutura etária da população portuguesa, com constantes flutuações de sentido alternado<sup>21</sup>. Esse facto

reflecte-se em termos regionais, como testemunha o cálculo das percentagens de óbitos ocorridos nas várias partes do nosso território. No Norte do país verificaram-se 30,6% de todas as mortes registadas em 1991, valor idêntico ao de 2001 (30,8%). O mesmo sucede em Lisboa, onde vêm a ocorrer 23,5 e 23,4% dos óbitos desses mesmos anos. As oscilações só têm alguma evidência no Portugal mais envelhecido e sem poder atractivo a nível económico (zonas rurais do interior, com fracas acessibilidades, por exemplo).

Quadro 7

Nados Vivos em Portugal por NUTS II e NUTS III (1991-2001)											
	1991 15Abr- 31Dez	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001 1Jan- 15Mar
Minho-Lima	1982	2527	2492	2379	2344	2425	2337	2304	2376	2453	499
Cavado	3772	5307	5292	5120	4765	5096	5139	5114	5186	5281	1026
Ave	5003	5800	5583	5491	4925	5141	5073	5152	6239	6424	1274
Grande Porto	10780	15840	15609	14633	13887	14191	14558	14657	15104	15361	2980
Tamega	5869	7187	7306	6887	7550	7650	8081	7786	7764	7652	1432
Entre Douro e Vouga	2427	3222	3336	3233	3068	3207	3220	3112	3134	3333	659
Douro	1915	2570	2443	2226	2212	2214	2201	2275	2109	2254	420
Alto Trás-os-Montes	1708	2179	2047	1903	1825	1929	1910	1848	1795	1818	333
<b>Norte</b>	<b>33454</b>	<b>44632</b>	<b>44108</b>	<b>41872</b>	<b>40576</b>	<b>41853</b>	<b>42519</b>	<b>42248</b>	<b>43707</b>	<b>44576</b>	<b>8622</b>
Baixo Vouga	3050	3441	3343	3341	3974	4186	4164	3941	4031	4363	856
Baixo Mondego	2442	4943	4959	4781	3483	3432	3330	3717	3607	3734	594
Pinhal Litoral	1845	2759	2694	2577	2481	2576	2640	2639	2799	2800	561
Pinhal Interior Norte	922	858	890	819	1114	1188	1236	1156	1153	1157	250
Dão-Lafões	2174	3065	2927	2945	2743	2756	2861	2881	3054	2892	594
Pinhal Interior Sul	283	242	211	198	284	318	330	296	291	284	57
Serra da Estrela	343	453	418	440	380	381	378	366	383	383	80
Beira Interior Norte	808	1033	1016	967	889	929	970	963	891	954	195
Beira Interior Sul	466	733	725	677	561	579	659	606	634	608	140
Cova da Beira	684	814	805	751	779	825	818	812	796	810	168
Oeste	2734	3470	3575	3321	3520	3630	3993	3729	3879	4139	876
Médio Tejo	1594	1789	1751	1671	1941	2026	2114	2125	2221	2197	452
<b>Centro</b>	<b>17342</b>	<b>23600</b>	<b>23314</b>	<b>22488</b>	<b>22149</b>	<b>22826</b>	<b>23493</b>	<b>23231</b>	<b>23739</b>	<b>24321</b>	<b>4821</b>
Grande Lisboa	14713	22053	21592	20745	20401	20792	20648	22402	23270	24566	4636
Península de Setúbal	5070	6278	6496	6555	6571	6962	7706	7417	7882	8506	1773
<b>Lisboa</b>	<b>19782</b>	<b>28331</b>	<b>28088</b>	<b>27300</b>	<b>26972</b>	<b>27754</b>	<b>28354</b>	<b>29819</b>	<b>31152</b>	<b>33072</b>	<b>6409</b>
Alentejo Litoral	646	664	712	665	670	696	780	704	753	736	170
Alentejo Central	794	1712	1615	1531	1452	1528	1619	1565	1593	1607	209
Alto Alentejo	1221	1045	1057	979	1023	997	1060	1036	1104	1113	324
Baixo Alentejo	963	1304	1284	1118	1095	1117	1180	1243	1136	1236	220
Lezíria do Tejo	1548	2090	2108	1997	1988	2093	2167	2130	2216	2449	506
<b>Alentejo</b>	<b>5171</b>	<b>6815</b>	<b>6776</b>	<b>6290</b>	<b>6228</b>	<b>6431</b>	<b>6806</b>	<b>6678</b>	<b>6802</b>	<b>7141</b>	<b>1429</b>
<b>Algarve</b>	<b>2787</b>	<b>3809</b>	<b>3844</b>	<b>3597</b>	<b>3523</b>	<b>3664</b>	<b>3829</b>	<b>3814</b>	<b>4042</b>	<b>4311</b>	<b>875</b>
<b>Açores</b>	<b>2750</b>	<b>3395</b>	<b>3468</b>	<b>3328</b>	<b>3049</b>	<b>3011</b>	<b>3119</b>	<b>3078</b>	<b>3238</b>	<b>3206</b>	<b>644</b>
<b>Madeira</b>	<b>2467</b>	<b>3653</b>	<b>3684</b>	<b>3637</b>	<b>3478</b>	<b>3548</b>	<b>3500</b>	<b>3432</b>	<b>3358</b>	<b>3444</b>	<b>690</b>
<b>Portugal</b>	<b>83752</b>	<b>114235</b>	<b>113282</b>	<b>108512</b>	<b>105975</b>	<b>109087</b>	<b>111620</b>	<b>112300</b>	<b>116038</b>	<b>120071</b>	<b>23488</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Quadro 8

Óbitos em Portugal por NUTS II e NUTS III (1991-2001)											
	1991 15Abr- 31Dez	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001 1Jan - 15Mar
Minho-Lima	2101	3034	3012	2917	2941	3041	3020	2840	2840	2947	641
Cavado	1910	2826	2794	2680	2882	2868	2830	2910	2900	2773	678
Ave	2331	3302	3523	3453	3344	3548	3631	3588	3666	3689	837
Grande Porto	6991	10160	10372	9698	10246	10677	10355	10444	10860	10384	2403
Tamega	2902	4219	4274	3944	4181	4311	4162	4272	4273	4174	1002
Entre Douro e Vouga	1222	1879	2078	1849	1928	1979	1948	2071	2108	2065	494
Douro	1907	2755	2886	2572	2686	2759	2703	2633	2673	2617	633
Alto Trás-os-Montes	2066	2980	3114	2858	2977	2945	2883	2940	3025	2831	699
<b>Norte</b>	<b>21428</b>	<b>31155</b>	<b>32053</b>	<b>29971</b>	<b>31185</b>	<b>32128</b>	<b>31532</b>	<b>31698</b>	<b>32345</b>	<b>31480</b>	<b>7386</b>
Baixo Vouga	2350	3407	3654	3506	3588	3594	3527	3532	3786	3684	824
Baixo Mondego	2432	3498	3589	3498	3679	3740	3705	3688	3793	3690	790
Pinhal Litoral	1482	2079	2201	2082	2121	2267	2194	2325			502
Pinhal Interior Norte	1429	2073	2176	1977	2062	2049	2061	2073	2078	1987	444
Dão-Lafões	2354	3290	3490	3242	3266	3436	3368	3279	3302	3348	714
Pinhal Interior Sul	564	800	819	795	760	824	789	804	804	833	167
Serra da Estrela	519	680	703	620	757	733	731	786	734	696	195
Beira Interior Norte	1136	1675	1723	1563	1613	1607	1691	1706	1702	1604	373
Beira Interior Sul	795	1176	1245	1103	1189	1230	1254	1236	1274	1262	302
Cova da Beira	800	3590	3784	3342	3547	3722	3649	3729	3795	3662	247
Oeste	2789	4174	4379	4201	4231	4442	4393	4386	4634	4475	1084
Médio Tejo	1953	2640	2813	2704	2753	3081	2984	2942	2942	2992	688
<b>Centro</b>	<b>18599</b>	<b>29082</b>	<b>30576</b>	<b>28633</b>	<b>29566</b>	<b>30725</b>	<b>30346</b>	<b>30486</b>	<b>28844</b>	<b>28233</b>	<b>6328</b>
Grande Lisboa	12458	17740	18816	17720	18563	18998	18452	19047	19138	18624	4123
Península de Setúbal	4027	5741	6152	5727	6305	6577	6555	6781	6781	6855	1500
<b>Lisboa</b>	<b>16485</b>	<b>23481</b>	<b>24968</b>	<b>23447</b>	<b>24868</b>	<b>25575</b>	<b>25007</b>	<b>25828</b>	<b>25919</b>	<b>25479</b>	<b>5623</b>
Alentejo Litoral	854	1217	1274	1237	1242	1326	1309	1313	1313	1244	276,5
Alentejo Central	1278	2098	2215	2049	2122	2253	2208	2251	2261	2164	477
Alto Alentejo	1491	1818	1926	1816	1877	1959	1882	1909	1896	1846	503
Baixo Alentejo	1488	2067	2355	2040	2166	2297	2123	2252	2297	2164	453
Lezíria do Tejo	1957	2736	3013	2751	2974	3039	2961	3074	2807	2829	657
<b>Alentejo</b>	<b>7068</b>	<b>9936</b>	<b>10783</b>	<b>9893</b>	<b>10381</b>	<b>10874</b>	<b>10483</b>	<b>10799</b>	<b>10574</b>	<b>10247</b>	<b>2366</b>
<b>Algarve</b>	<b>2894</b>	<b>4163</b>	<b>4406</b>	<b>4382</b>	<b>4595</b>	<b>4624</b>	<b>4495</b>	<b>4505</b>	<b>4709</b>	<b>4581</b>	<b>1042</b>
<b>Açores</b>	<b>1765</b>	<b>2622</b>	<b>2906</b>	<b>2634</b>	<b>2694</b>	<b>2718</b>	<b>2811</b>	<b>2713</b>	<b>2577</b>	<b>2608</b>	<b>639</b>
<b>Madeira</b>	<b>1772</b>	<b>2551</b>	<b>2747</b>	<b>2478</b>	<b>2564</b>	<b>2697</b>	<b>2566</b>	<b>2590</b>	<b>2591</b>	<b>2656</b>	<b>604</b>
<b>Portugal</b>	<b>70009</b>	<b>102990</b>	<b>108439</b>	<b>101438</b>	<b>105853</b>	<b>109341</b>	<b>107240</b>	<b>108619</b>	<b>107559</b>	<b>105284</b>	<b>23986</b>

Fonte: XIII<sup>o</sup> e XIV<sup>o</sup> Recenseamento Gerais da População Portuguesa

Os considerandos que acabámos de tecer influenciam os resultados finais, quando confrontamos os saldos naturais com os saldos migratórios residuais que decorrem da aplicação da Equação de Concordância para todo o período (Quadro nº9).

Em relação ao equilíbrio verificado entre o volume anual de nascimentos e óbitos pouco há a sublinhar, mas quando cruzamos o saldo natural com as populações ajustadas pelos erros de cobertura nos dois censos, obtemos uma imagem um tanto diversa. O valor final encontrado como representativo da diferença residual entre emigrantes e imigrantes cifra-se em 259485 indivíduos. Embora esteja próximo do adiantado pelo INE<sup>22</sup>, a novidade é que a "correção" censitária veio reduzir substancialmente (em cerca de 40%) o saldo migratório que tem sido assumido para a década.<sup>23</sup>

A leitura de qualquer destes resultados decorre da assunção dos seguintes pressupostos metodológicos:

- Admitimos que as séries de registo de nascimentos e óbitos são fidedignas, com elevado nível de exaustividade;
- Admitimos que os censos 2001 apresentam uma boa qualidade global, sendo conhecidas as margens de erro a considerar a diversos níveis, facto que possibilita os ajustamentos dos valores sempre que necessário para um estudo de maior pormenor geográfico;
- Admitimos que o comportamento dos movimentos migratórios, patente nos resultados indirectos da equação de concordância é aceitável, quando o confrontamos com outras fontes e com o conhecimento da conjuntura económica, social e política vivida nos anos 90.

Assim sendo, a aceitação destes pressupostos força-nos a concluir que as estimativas de população efectuadas durante a década 1981-1991 apresentavam valores superiores à realidade, já que não é possível acreditar num crescimento demográfico que teria sido quase nulo durante a última década.

Quadro 9

Saldo Natural e Saldo Residual da População Portuguesa (1991-2001)					
NUTS II / NUTSIII	População Corrigida Censos 1991	Saldo Natural	População Corrigida Censos 2001	População Esperada	Saldo Residual
Minho-Lima	252560	-5217	247772	247343	429
Cavado	356800	23047	389132	379846	9286
Ave	464270	21193	504868	485463	19406
Grande Porto	1179478	45011	1248073	1224489	23585
Tamaga	520766	33451	545796	554217	-8421
Entre Douro e Vouga	254894	12330	274044	267224	6820
Douro	241082	-3985	219634	237097	-17462
Alto Trás-os-Montes	237593	-10023	221100	227570	-6471
<b>Norte</b>	<b>3507442</b>	<b>115806</b>	<b>3650420</b>	<b>3623248</b>	<b>27172</b>
Baixo Vouga	351580	3239	382252	358419	27434
Baixo Mondego	329943	2921	337246	332864	4382
Pinhal Litoral	223761	9118	248731	232879	15852
Pinhal Interior Norte	139873	-9666	137288	130207	7081
Dão-Lafões	283394	-4198	283736	279197	4540
Pinhal Interior Sul	50969	-5165	44400	45804	-1404
Serra da Estrela	54220	-3149	49446	51072	-1626
Beira Interior Norte	118904	-6778	114287	112127	2160
Beira Interior Sul	81282	-5678	77420	75604	1816
Cova da Beira	93404	-25805	92737	67600	25137
Oeste	366187	-6322	335663	359865	-24203
Médio Tejo	231613	-8612	224055	223001	1054
<b>Centro</b>	<b>2325132</b>	<b>-60093</b>	<b>2327261</b>	<b>2265039</b>	<b>62223</b>
Grande Lisboa	1871010	32139	1953103	1903149	49954
Península de Setúbal	652534	8215	716733	660749	55983
<b>Lisboa</b>	<b>2523544</b>	<b>40354</b>	<b>2669836</b>	<b>2563898</b>	<b>105938</b>
Alentejo Litoral	96352	-5409	99176	90943	8234
Alentejo Central	169405	-6152	172257	163254	9003
Alto Alentejo	125856	-7964	126010	117892	8118
Baixo Alentejo	139874	-9807	134024	130067	3958
Lezíria do Tejo	237349	-7506	238905	229843	9062
<b>Alentejo</b>	<b>768835</b>	<b>-36837</b>	<b>770372</b>	<b>731998</b>	<b>38374</b>
<b>Algarve</b>	<b>340380</b>	<b>-6301</b>	<b>385733</b>	<b>334079</b>	<b>51654</b>
<b>Açores</b>	<b>239032</b>	<b>5600</b>	<b>235961</b>	<b>244631</b>	<b>-8670</b>
<b>Madeira</b>	<b>253426</b>	<b>9074</b>	<b>240601</b>	<b>262500</b>	<b>-21899</b>
<b>Portugal</b>	<b>9953097</b>	<b>67602</b>	<b>10280184</b>	<b>10020699</b>	<b>254791</b>

Fonte: XIIIº e XIVº Recenseamento Gerais da População Portuguesa

## Considerações Finais

A aposta no controle de qualidade por parte dos responsáveis pela realização dos dois últimos recenseamentos gerais da população, permite-nos hoje utilizar sem reservas os resultados definitivos por eles veiculados. Nas páginas anteriores procurámos compreender a dinâmica específica da população portuguesa na última década do século XX. Para tanto socorremo-nos de dados censitários, cruzando-os com o movimento da população ao nível das variáveis micro demográficas. Como produto final obtivemos uma imagem dinâmica do Portugal de final de milénio, cujas características e manifestas tendências de evolução pouco diferem das que encontramos noutros países do espaço europeu, e que são todas elas facilmente explicáveis por factores de índole diversa, demográficos, mas sobretudo económicos, sociais, culturais e políticos.

No espaço comunitário vários países, nomeadamente do sul, mas não só, comungam de características semelhantes às apresentadas pela população portuguesa. O acentuado envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária, a inversão do peso absoluto e relativo dos grupos extremos, o aumento da população em idade activa, decorrente de anos sucessivos de níveis baixos de fecundidade e da inversão de tendência dos saldos migratórios. Aliás, o acentuar de semelhanças nos comportamentos face à vida e à morte, tornam possível encontrar na Europa atractiva, na qual Portugal se incluiu na última década, um modelo demográfico único. Os resultados definitivos dos censos de 1991 e 2001 parecem em tudo coerentes com as mudanças recentes que se verificaram ao nível dos comportamentos das gentes portuguesas.

## Notas

- <sup>1</sup> Valor total apurado a 15 de Abril de 1991, corrigidos dados Amadora.
- <sup>2</sup> População residente às 0.00 horas de 12 de Março de 2001.
- <sup>3</sup> População com idades inferiores a 15 anos.
- <sup>4</sup> População com 65 e mais anos de vida.
- <sup>5</sup> O Índice Sintético de Fecundidade foi estimado em 1,56 no ano de 1991, em 1,41 no de 1995 e de novo em 1,56 no ano de 2000.
- <sup>6</sup> Ao longo da década de 90, a Taxa de Mortalidade Infantil passou de 10,8‰ em 1990/91, para 7,4 e 5,5‰, em 1995/96 e 2000/01, respectivamente. Em termos de esperança média de vida, a subida foi também evidente, com ganhos de 2,6 anos no sexo masculino (passam de 70.8 em 1991 a 73.4 em 2001) e de 2,4 anos no sexo feminino (78.0 em 1991 e 80.4 em 2001).
- <sup>7</sup> *Censos 2001.XIVª Recenseamento Geral da População Portuguesa. IVª Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Definitivos. Portugal*, INE, Lisboa, 2003, Quadros 6.06, pp.320 e segs.
- <sup>8</sup> Ao longo do século XX, os saldos migratórios só em três ocasiões tiveram resultados positivos, favoráveis ao acréscimo do total de residentes. Referimo-nos às décadas de 30, 70 e 90. No primeiro caso, a conjuntura externa reteve no país população que, de outro modo, teria ido engrossar as fileiras migratórias; no segundo, o grande factor explicativo concerne o retorno em massa de portugueses e africanos das ex-colónias e algum retorno da Europa; por último, a causa próxima consistiu na imigração de estrangeiros.
- <sup>9</sup> *Censos 91.XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação. Portugal – Antecedentes, Metodologia e Conclusões*, Série Estudos, nº73, INE, Lisboa, 1997, p.61.
- <sup>10</sup> É evidente que a questão não pode ser vista de uma forma simples, porque alojamentos e famílias não são sinónimos, tal como o não é a dimensão média das mesmas. Com efeito, temos de contar com as casas devolutas ou por alugar, as segundas habitações, as casas vazias. Sabemos também que no nosso país, à semelhança de outros, a estrutura familiar e o número médio de indivíduos por fogo estavam desde os anos 70 em franca regressão, tendência nunca invertida. De acordo com os sucessivos recenseamentos de 1970, 1981, 1991 e 2001, a dimensão média passou de 3,7 a 3,4, 3,1 e 2,8 habitantes.
- <sup>11</sup> Sobre toda esta problemática veja-se Fernando Simões Casimiro, "Censos 2001, O Primeiro Grande Desafio Estatístico do Século XXI", in *Seminário Censos 2001*, INE, Lisboa, 2001, pp.13-14.
- <sup>12</sup> Decreto-Lei nº244/2002 de 5 de Novembro (veja-se Nota 14 do presente estudo).
- <sup>13</sup> Cf. Quadro nº4, onde se apresentam as Taxas de Cobertura nas diferentes regiões do País. As diferenças a 100 dão-nos a dimensão do erro.
- <sup>14</sup> O Decreto-Lei nº244/2002, de 5 de Novembro, alterou a delimitação de três NUTS. A Grande Lisboa tomou a designação de Lisboa, tendo as já mencionadas NUTS III sido incorporadas em duas diferentes regiões. Embora estas alterações sejam posteriores ao Recenseamento de 2001, optámos por "actualizar" os valores, de forma a facilitar trabalhos que posteriormente venham a ser feitos neste âmbito.
- <sup>15</sup> Através da Taxa de Variação(  $(Px + n - Px / Px) * 100$ )
- <sup>16</sup> A última coluna enumera os casos, embora escassos, em que se verificou uma alteração no sentido de crescimento, seja porque passa de positivo a negativo (Minho Lima, Cova da Beira e Açores), seja porque passa de negativo a positivo (Alto Alentejo).
- <sup>17</sup> De todas as variáveis micro demográficas, os movimentos migratórios são os de mais difícil medida. Escasseiam as séries estatísticas, os fenómenos da clandestinidade e ilegalidade introduzem erros substanciais, a abertura do espaço Schengen reduziu o registo de emigrantes, etc. (Sobre esta questão cf. Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, "Migrações no Portugal do Século XX", in *Ler História*, nº43, Lisboa, 2002, pp.179-203).
- <sup>18</sup>  $Px + n = Px + N - O + I - E$   
 $Px + n - Px = N - O + I - E$   
 Crescimento entre Recenseamentos = Crescimento Natural + Crescimento Migratório  
 Crescimento Migratório = Crescimento entre Recenseamentos - Crescimento Natural
- <sup>19</sup> De modo a assegurar um maior rigor nos resultados corrigimos os totais referentes ao ano inicial (1991) e terminal (2001), retirando-lhes as ocorrências anteriores a 15 de Abril (no primeiro caso) e acrescentando o número de nascimentos e óbitos dos primeiros dois meses e 11 dias do ano de 2001.
- <sup>20</sup> Dada a impossibilidade em obter esta informação desagregada segundo os dias do mês, dividimos em duas partes os acontecimentos ocorridos nos meses de Abril de 1991 e Maio de 2001. Este erro não parece ser demasiado significativo, nem vir alterar as conclusões a obter.
- <sup>21</sup> Ainda assim, o número total de óbitos está em regressão desde 1998.
- <sup>22</sup> *Estimativas Definitivas da População Residente Intercensitária*, INE, Lisboa, 2003, p.22.
- <sup>23</sup> Entre 1991 e 2000 foram referenciadas 408213 entradas e 179414 saídas. (*idem*, p.22)